

Dominação e Resistência na África: A Questão Lingüística

Recebido 12. jul. 2005/Aprovado 12. set. 2005

Ângela Lamas Rodrigues

Resumo

O presente trabalho argumenta que a oficialização de línguas européias no pós-independência dos países africanos, em particular a língua inglesa, vincula-se a um projeto político de dominação neocolonial que reforça processos de exclusão social e política e produz formas de resistência específicas que buscam resgatar, promover e proteger as línguas maternas africanas.

Palavras-chave: dominação cultural; línguas maternas africanas; línguas européias; resistência cultural.

¹ Estima-se que aproximadamente 50% da população do continente africano vive hoje em condição de miséria (FALOLA, 2003, p. 75).

² Por língua oficial entende-se: a língua utilizada em documentos legais (como a constituição de um país), reuniões governamentais, resoluções, julgamentos, tribunais, escolas etc. É ainda a língua predominante nos meios de comunicação de um país, como jornais, revistas e programas de rádio e TV. As línguas nacionais são, por sua vez, aquelas utilizadas por grande parte da população, podendo também ser usadas na educação e nos meios de comunicação, embora não possuindo o status de língua oficial. Por fim, uma língua materna é aquela primeiramente assimilada pelo falante ou ainda a língua com a qual o falante mais se identifica. Ver UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Education position paper: education in a multilingual world. Paris, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129728e.pdf>>.

³ O termo neo-colonialismo refere-se ao processo pelo qual as ex-colônias européias têm sido exploradas econômica, cultural e politicamente pelos centros de poder após a queda do colonialismo de fins do século XIX, caracterizando-se por dependência econômica; corrupção interna; exaustão e exploração desordenada de recursos naturais; falta de investimento em setores estruturais como saúde e educação; exclusão social, lingüística, e política; biopirataria; fome; epidemias; guerras civis; e o conseqüente aumento do número de pessoas vivendo abaixo dos níveis de pobreza.

Uma reflexão sobre novos percursos possíveis para a África requer, inevitavelmente, um entendimento dos dilemas que caracterizam os diversos países africanos no período pós-independência. Conflitos internos envolvendo questões de classe, gênero, raça, etnia e religião; dependência econômica; guerras civis; fome; epidemias e falta de incentivo e investimento em áreas como saúde e educação são alguns dos problemas que afligem as sociedades africanas na contemporaneidade e que apontam para a urgência de se pensar em formas de resistência e solidariedade dentro e fora do continente.¹ Entre os vários problemas sociais, políticos, econômicos e culturais que afetam os povos da África na atualidade, a questão lingüística constitui um fator importante, uma vez que a língua funciona simultaneamente como forma de dominação e homogeneização cultural e, por outro lado, como ocasião para o surgimento de formas de resistência cultural e política. Já se disse exaustivamente que a língua é fator de coesão identitária e mecanismo de reconhecimento de pertença a uma comunidade, sobretudo nacional. Na África, o uso maciço de línguas européias nos domínios oficiais atua em sentido oposto ao de uma suposta identificação comunitária e gera, em reação a ela, movimentos de resistência que visam à afirmação da diversidade cultural, à democratização do conhecimento e à implementação de políticas sociais mais justas e inclusivas. Nesse sentido, a luta pela valorização e proteção das línguas africanas maternas, que vem sendo promovida por intelectuais, igrejas, comunidades, editoras e Organizações não-Governamentais (ONGs) em todo o continente (BAMGBOSE, 2000, p. 112), pode ser considerada como um dos possíveis caminhos capazes de propiciar as condições necessárias para o fortalecimento das diversas culturas e dos povos africanos, cujas línguas vêm sendo sistematicamente marginalizadas desde o período colonial e, mais evidentemente, no período pós-independência.

Entendido como um legado do colonialismo, o uso maciço de línguas européias como línguas oficiais² dos países da África sub-Saariana no período pós-independência é, em grande parte, sustentado pelas políticas neocoloniais³ que prevalecem no continente. A relação de cumplicidade existente entre as elites governantes da África e as grandes corporações financeiras, como o FMI e o Banco Mundial, afeta não apenas os setores econômicos e políticos dos países africanos, mas condiciona, em larga escala, suas agendas culturais e educacionais (MAZRUI; MAZRUI, 1998, p. 204). Como afirma Toyin Falola, “hoje, não podemos criticar o imperialismo europeu na África sem também criticar a elite africana que gerencia o mundo pós-colonial” (FALOLA, 2003, p. 44).⁴ Essa aliança política favorece o uso oficial de línguas européias em detrimento de

línguas maternas, que constituem um importante veículo de integração social e participação política em todo o continente africano.

Segundo Ali e Alamin Mazrui (1998), é preciso que se entenda a situação lingüística na África considerando-se que a marginalização das línguas africanas é potencializada pelo impacto causado pelos Planos de Ajuste Estrutural (*Structural Adjustment Plans* – SAPs) impostos aos países africanos pelo FMI e pelo Banco Mundial. Suas políticas implicam, basicamente, que os países emergentes e menos desenvolvidos redirecionem os fundos originariamente destinados a áreas como educação, saúde e moradia, para pagar juros da dívida externa. No continente africano, os Planos de Ajuste Estrutural (PAEs) vêm exercendo um enorme impacto nos sistemas educacionais por meio, por exemplo, da privatização das universidades, o que reduz de forma drástica o número de alunos no ensino superior, privilegiando aqueles que pertencem às elites e que são também, não por coincidência, proficientes nas línguas européias. Essa medida confere privilégio às línguas estrangeiras ao mesmo tempo em que adjetiva as línguas maternas como menos complexas e, *portanto*, inferiores (MAZRUI; MAZRUI, 1998, p. 204), reforçando o processo de estruturação de uma identidade nacional própria do imaginário ocidental. Significa dizer que as línguas são apresentadas como polaridades irredutíveis. Os autores enfatizam ainda a crescente valorização da língua inglesa nas ex-colônias britânicas enquanto língua oficial e sua relação intrínseca com a expansão do capital financeiro em escala planetária:

[os] efeitos dos PAEs impostos pelo Banco Mundial e pelo FMI interagem perfeitamente com o papel expansivo da língua inglesa enquanto instrumento do capitalismo global... Se as forças do capitalismo estimularam, no passado, a globalização do inglês, a língua tornou-se agora crucial para a consolidação do capitalismo em escala global. Enquanto representantes primeiros do capitalismo internacional, o Banco Mundial e o FMI podem ser considerados como tendo um enorme interesse nessa interação entre lingüística e economia, em detrimento das línguas africanas (MAZRUI; MAZRUI, 1998, p. 204).

Vale lembrar que o uso oficial da língua inglesa nas ex-colônias britânicas legitima processos de exclusão social, política e econômica, uma vez que a grande maioria das populações de tais países não tem acesso à escolaridade formal e, como consequência, à própria língua inglesa. O caso da Nigéria é um bom exemplo de como a predominância da língua inglesa nos domínios oficiais, entre outros fatores, está associada a sistemas de exploração e exclusão social: o inglês é a língua oficial da Nigéria, apesar da existência de 507 línguas vivas faladas e registradas no país, como Igbo (com aproximadamente

⁴ Os textos de Toyin Falola, Ali e Alamin Mazrui, Ayo Bamgbose, Efu-rosibina Adegbija, Abiola Irele, Michael Hardt e Antonio Negri, Paulin Hountondji e Peter Rigby, originalmente escritos em inglês, foram traduzidos para o português pela autora.

18.000.000 de falantes), Hausa (18.525.000) e Yoruba (18.850.000). A língua inglesa é restrita às classes dominantes e conta com cerca de 1.000.000 de falantes (aproximadamente 1% da população do país). Vale ressaltar que a Nigéria possui cerca de 132,8 milhões de habitantes e uma taxa de analfabetismo de quase 34% (26% homens, 40% mulheres),⁵ sendo hoje um dos países mais pobres do mundo (em 1997, era estimado que cerca de 70,2% da população do país vivia com menos de \$1.08 dólares por dia, ou seja, abaixo da linha de pobreza).⁶

Assegurar o futuro das línguas africanas e melhorar as condições de vida das populações da África tem sido uma preocupação constante entre diversas entidades civis dentro e fora do continente. No entanto, como afirmam Ali e Alamin Mazrui, o apoio governamental, que vem sendo drasticamente reduzido pelos PAEs, é imprescindível para a reestruturação das políticas lingüísticas africanas. O caso da Tanzânia é um bom exemplo de como a pressão exercida pelos Planos de Ajuste Estrutural pode impedir o incentivo governamental no tocante à promoção das línguas africanas maternas no sistema educacional. A Tanzânia é um dos poucos países do continente (junto com a Somália e a Etiópia, onde o uso do somali e do aramaico, respectivamente, estende-se até o segundo grau nas escolas) em que uma língua africana, o suaíle, é empregada em todo o primeiro grau. A valorização do suaíle decorre, nesse caso, da Declaração de Arusha, de 1967, que incluiu o suaíle como língua oficial da Tanzânia. De acordo com Alamin e Ali Mazrui, essa decisão (que foi acompanhada por esforços realizados por agências como a *Kiswahili Research* and *The National Swahili Council* no sentido de propiciar o desenvolvimento da língua) contribuiu para uma crescente participação social e política da população e, dessa forma, para o processo de democratização (MAZRUI; MAZRUI, 1998, p. 99). Porém, o governo do país acabou cedendo às pressões dos PAEs e, em 1987, permitiu a implementação do *English Teaching Support Project*, apoiando o uso da língua inglesa como meio lingüístico no ensino de segundo grau, apesar de a língua ter-se revelado, comprovadamente, um obstáculo ao processo de aprendizagem (MAZRUI; MAZRUI, 1998, p. 203). Vale destacar que um número insuficiente de educadores e educandos tanzanianos são proficientes na língua inglesa, o que dificulta substancialmente o ensino e a aprendizagem dos cursos de segundo grau. É importante ressaltar ainda que o suaíle é falado na Tanzânia, como segunda língua, por cerca de 93,4% da população em oposição à língua inglesa, que, com cerca de 1.500.000 falantes, corresponde a menos de 5% da população do país.

Devido à existência de inúmeras línguas africanas e já que muitas delas não apresentam forma escrita,⁷ é comum a afirmação de que as línguas maternas não podem ser integradas aos

⁵ Consultar: UNESCO. *Institute for statistics: literacy and non-formal education section*. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/TEMPLATE/html/Exceltables/education/Literacy_National_July04.xls>.

⁶ Consultar o relatório do Banco Mundial, disponível em: <<http://www.worldbank.org/data/wdi2004/pdfs/table2-5.pdf>>.

⁷ Atualmente, existem cerca de 1700 línguas vivas no continente africano, 50% das quais não possuem ortografia (A-DEGBIJA, 1994, p. 101).

sistemas jurídicos e educacionais do continente. Junte-se a isso o fato de as línguas européias serem geralmente consideradas línguas emancipadas, emancipadoras e desenvolvidas, em contraposição às línguas africanas, desqualificadas como tradicionais, "primitivas" e subdesenvolvidas (BARBER, 1995, p. 10). De tais argumentos resulta, por exemplo, o discurso em favor da adoção de uma língua "neutra" como oficial (já que não está originalmente associada a nenhum povo africano), como é o caso da língua inglesa nas ex-colônias britânicas.⁸ O privilégio conferido às línguas européias nos países africanos só é possível, no entanto, na medida em que os impactos sociais resultantes de seu uso oficial no período pós-independência sejam sistematicamente ignorados. Segundo Efurosibina Adegbiya, o uso de línguas européias na educação e nos domínios oficiais na África é em grande parte responsável por "altas taxas de analfabetismo, ..., alto índice de reprovação nas escolas, ..., pelo esfacelamento das mobilizações de massa" e também pela "criação de uma classe elitista" que se constitui como tal em função de sua proficiência em línguas européias (ADEGBIJA, 1994, p. 97).

É preciso destacar, portanto, que o acesso às línguas européias na África é um privilégio das elites culturais e políticas, que controlam os meios de produção e o aparato administrativo-jurídico, e cujas políticas culturais pouco contribuem para o desenvolvimento das línguas africanas. A implementação de políticas lingüísticas inclusivas e reveladoras da importância social das línguas africanas maternas é, em geral, desacreditada pelas autoridades governamentais. Como se verá a seguir, as línguas européias são continuamente qualificadas como ferramentas imprescindíveis para o desenvolvimento da África segundo o modelo científico-tecnológico ocidental, no âmbito de um projeto civilizatório.

Novos Percursos: Uma Alternativa à Rota Anglo-Americana

Em "In Praise of Alienation", Abiola Irele trata da questão lingüística na África a partir de uma perspectiva que relaciona a constituição do imaginário do africano ao pensamento ocidental. Segundo Irele, os africanos são ambivalentes em relação à Europa, sendo ao mesmo tempo ressentidos devido à alienação causada pelo colonialismo e incuravelmente contaminados pela modernidade européia e pela cultura 'ocidental'. Para o autor, é preciso que os africanos superem essa ambivalência, substituindo a alienação patológica por uma alienação positiva. Em outras palavras, a alienação negativa provocada pelo colonialismo deve ser transcendida não por um retorno à tradição, mas por uma total entrega à modernidade européia. Alienar-se da alienação negativa do colonialismo cons-

⁸ Países Africanos cuja língua oficial (ou uma das línguas oficiais) é a língua inglesa ao lado de uma ou mais línguas maternas: Botsuana, Camarões (francês), Gâmbia, Quênia (suaíle), Lesoto (sesotho), Libéria, Maláwi (chichewa), Maurício, Namíbia, Nigéria, Serra Leoa, África do Sul (afrikaans, ndebele, sepedi, sesotho, setswana, siswati, tshivenda, xitsonga, xhosa, zulu), Suazilândia (siswat), Tanzânia (suaíle), Uganda, Zâmbia, Zimbábue. Miores informações disponíveis em: <http://www.unesco.org/culture/world-report/html_eng/stat2/table6.pdf>.

titui, para Irele, a única saída possível para a ambivalência cultural que impede o desenvolvimento da África. O autor propõe então uma solução final para o problema: “No contexto histórico do atual estágio de desenvolvimento da África, não poderíamos perguntar, alienação para quê, e em qual direção? Responderei a essa pergunta inequivocamente: devido a uma necessidade prática, nós não temos outra escolha a não ser caminharmos na direção da civilização e da cultura do Ocidente” (IRELE, 1992, p. 215).

De acordo com Irele, o atraso da África resulta do fato de que o “conceito [africano] tradicional de mundo é incapaz de se libertar da prisão causada pela imaginação mitopoética” (IRELE, 1992, p. 216-217). Assim, “enquanto nós [africanos] estivemos contentes em celebrar o universo, o homem ocidental engajou-se também em analisá-lo” (IRELE, 1992, p. 217). Irele conclui, portanto, que “a terrível verdade de nossa experiência colonial é que fomos vítimas do desenvolvido senso de método europeu. Nós fomos, na verdade, irresistivelmente oprimidos pela força objetiva dos povos dedutivos” (IRELE, 1992, p. 217-218). A solução apontada pelo autor para o atraso estaria, portanto, numa “revolução da mente africana”:

Certamente, não seria ingênuo afirmar que essa revolução pode ser alcançada por meio de um cultivo e de uma internalização assídua dos valores inerentes ao método científico – organização, disciplina, ordem e, não menos importante, imaginação. Imaginação, pois a cultura científica envolve projeção e requer qualidades mentais que se traduzem, em termos sociais, em uma visão do futuro (IRELE, 1992, p. 218).

Um problema no argumento de Irele é sua visão reducionista da modernidade europeia. Embora reconheça o fato de que a Europa foi influenciada por várias culturas, inclusive africanas, Irele percebe a modernidade europeia como consequência de suas qualidades internas, que resultam da capacidade, por parte do homem europeu, de compreender e analisar o mundo por meio do método dedutivo. A concepção hegeliana de alienação positiva defendida por Irele, que propicia um encontro com possibilidades novas e evolutivas, o leva a definir a modernidade como um estágio do *geist* universal, do qual processos de escravidão e colonialismo são partes inevitáveis (Irele lembra que a Europa foi escravizada e culturalmente dominada no passado pelos romanos, assim como os africanos foram mais tarde colonizados pelos europeus) (IRELE, 1992, p. 220). Duas perguntas devem ser feitas nesse momento. Em primeiro lugar, é possível atribuir uma única definição ao conceito de modernidade europeia? E que aspectos são ignorados quando a modernidade é entendida como um estágio do espírito ao qual todos devem aspirar? Quais são, portanto, as implicações ideológicas de tal definição? A resposta para essas

perguntas pode ser encontrada em dois textos emblemáticos sobre a questão da modernidade européia.

Em “O fim de qual modernidade?”, Immanuel Wallerstein afirma que os últimos cinco séculos foram marcados pela existência não de uma, mas duas modernidades: a modernidade libertadora e a modernidade tecnológica. A primeira surgiu em reação ao dogmatismo da Idade Média e tinha como objetivo a instauração de uma democracia verdadeira que libertaria os homens da autoridade medieval. Já a segunda modernidade caracterizou-se por uma busca permanente pelo desenvolvimento tecnológico e científico (WALLERSTEIN, 2002, p. 134-135). Segundo o autor, as duas modernidades eram consideradas como processos inter-relacionados até o final do século XVIII ou, mais especificamente, até a Revolução Francesa. A partir daquele momento, a modernidade libertadora passou a ser considerada como um movimento ameaçador que deveria ser interrompido uma vez que tinha como propósito principal conferir soberania às massas de homens e mulheres (WALLERSTEIN, 2002, p. 136).

Entre as ideologias que surgiram em oposição à modernidade libertadora, explica Wallerstein, o liberalismo foi a mais proeminente. Profundamente associado à revolução científico-tecnológica, o liberalismo buscava no poder de estado os meios mais efetivos para conter os ideais de emancipação dos homens, sobretudo por meio das noções de sufrágio, estado de bem estar social e identidade nacional. Tais mecanismos foram empregados estrategicamente de modo a apagar os ideais da modernidade libertadora, fazendo finalmente com que as populações cedessem às promessas da Nação. Wallerstein chama a atenção para o fato de que o conflito entre as duas modernidades nunca deixou de existir e foi em realidade intensificado depois de 1968. Em resposta a sua pergunta central (o fim de qual modernidade?), o autor afirma que é preciso lutar pelo fim da modernidade tecnológica e por uma “autêntica modernidade da libertação (WALLERSTEIN, 2002, p. 150).

O argumento de Wallerstein é válido na medida em que se opõe à visão simplista da modernidade européia enquanto fenômeno unificado, unificador e não-contraditório. No entanto, o autor conceitua de forma vaga as duas modernidades e propõe uma solução problemática quando afirma que a tendência cultural e artística contemporânea conhecida como pós-modernismo rejeita a modernidade tecnológica em favor da modernidade libertadora (WALLERSTEIN, 2002, p. 150).⁹ Uma percepção mais complexa e cuidadosa do problema aparece no livro *Empire* de Michael Hardt e Antonio Negri. No capítulo intitulado “Two Europes, Two Modernities”, os autores descrevem três momentos na constituição da modernidade euro-

⁹ Em *Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism*, Fredric Jameson analisa a correlação entre o pós-modernismo e o capitalismo tardio, mostrando como a arte pós-moderna e suas principais características, como a fragmentação, a falta de profundidade, a intensidade, e o hibridismo corroboram a lógica do capitalismo tardio (JAMESON, 2001).

péia: a descoberta do revolucionário plano de imanência que se opunha ao poder transcendental da Idade Média; o movimento que representou uma reação a esta descoberta; e a fundação do estado moderno, cujo objetivo era erradicar a crise gerada pelo choque das duas visões e conter as forças emergentes (HARDT; NEGRI, 2001, p. 70).

Ao contrário de Wallerstein, Hardt e Negri definem a segunda modernidade como uma consequência da primeira, ou seja, como uma reação social, política e cultural à descoberta do plano de imanência e a seu potencial revolucionário. A segunda modernidade caracterizou-se, portanto, como um movimento que tentou controlar as forças insubordinadas dentro da Europa. Tendo coincidido com a descoberta das Américas, a segunda modernidade significou também a subordinação dos povos fora do continente europeu. Como afirmam os autores, este foi o momento em que o eurocentrismo se estabeleceu enquanto força ideológica: “O eurocentrismo nasceu como reação à potencialidade de uma nova igualdade humana; e significou uma contra-revolução em escala global” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 77). A segunda modernidade constituiu, portanto, uma tentativa de domesticar o plano de imanência e substituir a autoridade transcendental medieval por uma nova forma de transcendência. Segundo os autores, se a descoberta do plano de imanência revelou a capacidade de homens e mulheres de conduzirem suas vidas sem a mediação de um poder divino ou transcendental, e se tinha como objetivo a concretização da democracia, o estado moderno significou, ao contrário, a restauração da transcendência e a tirada de poder das mãos da multidão “ao jogar com a ansiedade e com o medo das massas, e seu desejo de reduzir a incerteza da vida e aumentar a segurança” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 75). Assim, “na política, como na metafísica, o tema dominante era a eliminação do modelo medieval de transcendência, que apenas inibia a produção e o consumo, ao mesmo tempo em que se mantinham os efeitos de dominação de uma nova transcendência, adequada aos modos de associação e produção da nova humanidade” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 83). O novo modo de produção a que se referem os autores foi, obviamente, o capitalismo, cuja base de crescimento e desenvolvimento encontrava-se precisamente no estado moderno. Hardt e Negri ressaltam, finalmente, que o conflito entre o plano de imanência e as forças que o controlam não chegou ao fim, tendo, no entanto, adquirido uma nova forma no mundo contemporâneo (HARDT; NEGRI, 2001, p. 90).

A problematização do conceito de modernidade proposta pelos autores ajuda na compreensão do texto de Irele. O problema principal a ser destacado é que o paradigma de modernidade por ele defendido não leva em conta a ambigüi-

dade do conceito. Ao contrário, Irele define a modernidade europeia como um fenômeno não-contraditório, e identifica-se, na verdade, com a segunda modernidade no sentido descrito por Wallerstein, Hardt e Negri. Tal escolha denota uma postura eurocêntrica, que propaga a crença ideológica na superioridade da cultura 'ocidental' e na inevitabilidade da revolução científico-tecnológica do 'ocidente' no tocante à evolução do homem e à produção de respostas satisfatórias para os dilemas do mundo contemporâneo. Além disso, Irele ignora a existência de formas de conhecimento alternativas e revolucionárias que podem, potencialmente, divisar e promover novas perspectivas para o futuro da África. Afinal, quem de fato se beneficia do desenvolvimento tecnológico do 'ocidente' que tanto fascina Irele? Seria possível para a África estabelecer, por sua própria vontade, uma relação política e econômica equilibrada com os centros de poder a partir da internalização do método científico? Em outras palavras, seria somente uma questão de revolucionar a mente dos povos africanos e absorver os meios 'ocidentais'?

Irele conclui com uma breve justificativa de seu envolvimento no estudo de línguas modernas, defendendo uma perspectiva humanista do estudo de línguas:

Estudar uma língua estrangeira é assumir que você irá entendê-la e, na perspectiva dos estudos de línguas modernas, que a cultura refletida por tal língua pode dialogar com sua mente e imaginação de forma diversa da sua cultura original, mas ainda assim significativa. Na verdade, toda história humana confirma esse pressuposto: a língua e a cultura não conhecem limites, ao menos não significativamente, e a realidade do mundo contemporâneo, a "aldeia global" no sentido proposto por Marshall McLuhan, tende a reforçar nossa consciência de uma humanidade comum (IRELE, 1992, p. 223).

Ao defender o humanismo europeu, Irele perde de vista questões cruciais levantadas pela crítica pós-colonial e pelas teorias críticas do pós 1965, que focalizaram temas como a crise da representação e as noções de essencialismo, humanismo e eurocentrismo. A idéia de uma "humanidade comum" evita a questão relativa a qual ideal de humanidade pode e deve prevalecer numa sociedade mundial assimétrica e desigual, além de não reconhecer a posição ocupada pelas línguas mundiais dentro da divisão internacional do trabalho e do mercado cultural no capitalismo tardio. De fato, a ênfase dada por Irele ao humanismo europeu só é possível na medida em que a lógica de circulação do capital pós-industrial contemporâneo é sistematicamente ocultada.

Vale ressaltar, por fim, que ao defender uma noção teleológica da modernidade como um estágio evolutivo do Espírito hegeliano, Irele ignora as condições materiais de produ-

ção da segunda modernidade europeia e a existência, na Europa do século XV, da modernidade libertadora, ou mais precisamente, do plano de imanência. Em "In Praise of Alienation", Irele rejeita a alienação negativa produzida no colonialismo somente para reafirmá-la, em um processo de inversão dialética (*sublation*), ao recorrer ao idealismo hegeliano. Irele cria, portanto, a ilusão de uma alienação positiva capaz de substituir a primeira, o que serve apenas para confirmar sua sujeição ao eurocentrismo e, obviamente, à mentalidade colonial.

Uma abordagem mais consistente no que se refere à crise da África deveria abandonar o critério segundo o qual a África é somente e necessariamente entendida como um apêndice defeituoso do 'ocidente' por um discurso crítico que enfatizasse as necessidades do continente e o cotidiano das populações. Nesse sentido, a análise que faz Paulin Hountondji sobre a produção científica na África como fundamentalmente voltada para o exterior (*extraverted*), bem como sua proposta por um recentramento da produção do conhecimento no continente, representa uma forma mais produtiva de se olhar para o problema. Como afirma Hountondji, o processo de *extraversão* constitui um sistema de pesquisa e produção de conhecimento voltado para o suprimento de demandas estrangeiras. Isso atesta uma dependência em relação à produção científica 'ocidental' que, longe de ser um fenômeno africano somente, caracteriza a produção do conhecimento na maioria dos países periféricos. Dentre as principais conseqüências de tal processo, que engloba as esferas sociais, econômicas e culturais da sociedade, está a crença no potencial modernizador e emancipador das línguas européias:

A *extraversão* científica caracteriza-se também pelo uso exclusivo de línguas ocidentais como científicas, o que obriga o pesquisador do Terceiro Mundo a aceitar os termos humilhantes dessas línguas de origem estrangeira, de modo a ter acesso ao conhecimento, além de reproduzi-lo e estendê-lo. [...] É preciso reconhecer também o caráter artificial das relações [...] entre línguas nativas e línguas importadas: a marginalização das línguas maternas e as vantagens conferidas às línguas estrangeiras, a definição das línguas nativas como inferiores [...] e a ausência de um projeto de alfabetização generalizada (HOUNTONDJI, 1992, p. 248).

Em contraste com críticos que avaliam a problemática lingüística na África isoladamente de outros fatores, Hountondji a considera como parte de um amplo processo de dependência epistemológica, que constitui uma das conseqüências das estruturas de dominação neocolonial. Reconsiderar a importância das línguas africanas, reconhecendo seu potencial para tornarem-se veículos na produção do conhecimento, é uma das principais diretrizes da proposta de Hountondji por um

recentramento da produção do conhecimento na África. Em oposição ao plano de Irele por uma revolução da mente africana que pressupõe uma total capitulação ao pensamento 'ocidental', Hountondji critica a divisão intelectual do trabalho proposta pelo modelo anglo-americano de produção de conhecimento, chamando a atenção para a importância de se criar um sistema de pesquisa que esteja relacionado com as necessidades imediatas e demandas das populações africanas. Nesse sentido, um estudo crítico do cotidiano dos países africanos pode ser considerado como uma tentativa de transformar o ciclo vicioso de *extraversão* que impede a distribuição democrática do conhecimento na África.

É importante notar que a re-centralização do conhecimento proposta por Hountondji não significa um mero retorno ao local. Ao contrário, Hountondji advoga uma mudança na produção do conhecimento que reconhece as contribuições inegáveis, por exemplo, do materialismo histórico enquanto ciência social. Porém, o autor enfatiza a necessidade de se repensar tais teorias de tal modo que se adaptem às realidades políticas, econômicas e sociais dos diversos povos africanos. Sua posição é, portanto, dialética. Uma perspectiva semelhante pode ser encontrada na proposta do antropólogo Peter Rigby por uma mudança radical dos estudos africanos que, segundo o autor, deve ser obtida por meio de uma "convergência entre a filosofia africana e uma forma *particular* de materialismo histórico" (RIGBY, 1992, p. 259). Para Rigby, a "africanização" da teoria marxista e sua contrapartida, ou seja, a "marxização" dos estudos africanos, são passos essenciais para a produção de uma ciência crítica revolucionária capaz de ampliar os horizontes de possibilidades para África: "Isso é necessário, acredito, porque nem uma posição teórica marxista, nem uma filosofia africana, em si, são capazes de criar as condições pelas quais a luta pela liberdade na África... pode proceder e preencher nossas expectativas" (RIGBY, 1992, p. 259).

Ao perceber as chamadas teorias universais a partir de um ponto de vista dialético, Hountondji e Rigby apresentam um modelo de produção cultural e científico que tem o potencial de questionar a divisão intelectual do trabalho e a função das línguas maternas nas sociedades africanas. O uso da dialética questiona a legitimidade do papel atribuído aos intelectuais dos países periféricos e das línguas por eles utilizadas. Ou seja, ao invés de aceitar a noção segundo a qual os países economicamente dependentes são, necessariamente, produtores de matéria prima, os autores consideram a produção intelectual dos países periféricos, bem como suas línguas maternas, em termos de um potencial genuíno de construção de práticas sociais e de conhecimento que questionam o essencialismo

impresso nas teorias originadas nos centros de poder. O método advoga, portanto, uma forma de se superar a alienação causada pelo colonialismo na medida em que rompe os limites teóricos e lingüísticos impostos pela produção científico-cultural anglo-americana, retendo assim uma autonomia relativa que a mera capitulação ao pensamento ocidental dificilmente conseguiria produzir. Como se verá a seguir, o esforço pela valorização das línguas africanas nos sistemas educacionais faz parte de tal projeto de emancipação e democratização, com vistas à redução de processos de exclusão social e melhoria das condições de vida dos povos africanos.

Repensando a educação: planejamento lingüístico e outros rumos

Durante as últimas décadas, a questão da língua tornou-se uma fonte de disputas entre partidos políticos africanos, ONGs, editoras, igrejas, intelectuais e as comunidades que compreendem as múltiplas sociedades e culturas africanas. A situação varia, obviamente, de acordo com as políticas lingüísticas de cada país, que são, até os dias atuais, influenciados pelas agendas lingüísticas impostas pelas forças colonizadoras desde o final do século XIX.¹⁰

A questão torna-se mais complexa quando relacionada ao uso precário ou inexistente de línguas africanas na educação formal de crianças e adultos. Ayo Bamgbose enumera como principais argumentos desfavoráveis à implementação de uma política que favoreça o uso de línguas africanas na educação a idéia de que o uso oficial de línguas européias é essencial para a modernização dos países africanos; os altos gastos implicados no treinamento de professores para lecionar línguas africanas, no desenvolvimento de línguas maternas (que frequentemente não possuem terminologias técnicas e expressões adequadas para entrada no mundo contemporâneo) e na elaboração de materiais didáticos; o grande número de línguas africanas que além de integrarem culturas ágrafas contam nos dias atuais com poucos falantes; a estigmatização das línguas africanas, associadas a atraso cultural e primitivismo, cuja gênese remonta ao período colonial; a idéia de que uma educação "real" só poderá ser implementada através de línguas européias; e o status conferido às línguas européias nas sociedades africanas, frequentemente consideradas pré-requisito para certos cargos profissionais (BAMGBOSE, 2000, p. 88).

Esse mesmo autor refuta esses argumentos apontando, em primeiro lugar, para as inconveniências de se educar uma criança numa língua européia, tais como: as altas taxas de reprovação nas escolas (já que as crianças não têm entendimento das línguas européias nas quais as disciplinas são lecionadas); a falta

¹⁰ A oficialização de línguas externas à formação de comunidades africanas bem como os movimentos de resistência que visam à afirmação da diversidade cultural no continente possuem especificidades que necessitam ser entendidas a partir de um aprofundamento de temas próprios da história da África, sobretudo os que dizem respeito a processos de continuidade e ruptura relativos às manifestações sociais e culturais anteriores ao imperialismo colonial de fins do século XIX.

de professores qualificados em línguas européias; e o fato de que a maioria das crianças na África limita-se ao primeiro grau de escolaridade formal, o que aumenta substancialmente a necessidade de que elas concluam satisfatoriamente o primeiro grau. Bamgbose propõe, nesse caso, uma “re-orientação dos objetivos do primeiro nível educacional”, entendendo-o “como um pacote completo”. Ressalta, ainda, a necessidade de reformas socialmente positivas, capazes de conferir prestígio às línguas africanas entre as populações, o que põe em questão a estigmatização que as envolve. Nesse sentido, pode-se pensar na formulação de políticas afirmativas que impliquem o conhecimento de pelo menos uma língua africana para a ocupação de empregos (BAMGBOSE, 2000, p. 88).

Segundo Bamgbose, a erradicação do analfabetismo na África depende do uso de línguas africanas como meio de instrução no primeiro e segundo níveis do processo de escolaridade formal. Nesta perspectiva, merecem destaque suas propostas para a reformulação do planejamento lingüístico na África, tais como: que crianças e adultos sejam educados nas suas línguas maternas ou na língua da comunidade próxima, desde que já seja falada como segunda língua (BAMGBOSE, 2000, p. 60-66); que crianças e adultos sejam educados em uma língua franca, isto é, uma língua nacional falada por um grande número de pessoas, como por exemplo a língua Yoruba na Nigéria; que a aprendizagem de línguas européias seja parte de um programa de pós-alfabetização; e que o planejamento lingüístico inclua estratégias de implementação (BAMGBOSE, 2000, p. 63).

Bamgbose propõe, sobretudo, que o planejamento lingüístico na África passe por um processo de democratização, o que implicaria a participação direta da população de uma forma geral, mas também de intelectuais, escritores, ONGs, e instituições sociais e comerciais (BAMGBOSE, 2000, p. 112). Porém, como afirma o autor, o planejamento lingüístico na África apresenta-se em relação de continuidade com as políticas coloniais, restringindo-se às elites africanas:

Intimamente relacionada à ênfase burocrática no planejamento lingüístico, está a dominação exercida pelas elites sobre as políticas lingüísticas. [...] Os membros da elite podem buscar políticas que limitam o acesso dos demais ao poder através de barreiras lingüísticas, preferindo uma língua oficial falada por uma minoria a uma língua nativa falada pela maioria da população. Esse fenômeno, que foi denominado “fechamento das elites”, está em evidência em vários países africanos [...] Onde uma língua endoglössica é selecionada como língua nacional (por exemplo, na Tanzânia, onde o inglês compartilha o status de língua oficial com o suaíle), a dominação da elite é reduzida ao ponto de os não proficientes na língua exoglössica poderem ainda exercer um papel significativo na vida nacional (BAMGBOSE, 2000, p. 115).

A proposta de Bamgbose pela democratização das políticas lingüísticas na África encontra apoio nas muitas resoluções, conferências e declarações realizadas não apenas por instituições e entidades africanas, mas também pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e por diversas Organizações não-Governamentais (ONGs), dentro e fora do continente africano. Alguns exemplos são: o Seminário Pan-Africano sobre “Os Problemas e Prospectos do Uso de Línguas Africanas Nacionais na Educação” (Accra-Ghana, 1996); a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Lingüísticas na África (Harare-Zimbabwe, 1997), promovida pela UNESCO; a Conferência “Contra Todos os Obstáculos: Línguas e Literaturas Africanas no Século XXI” (Asmara-Eritrea, 2000); a resolução “Educação para Todos: Indo ao Encontro de nossos Compromissos Coletivos” (Dakar, Senegal-2000); a declaração da UNESCO “Educação em um Mundo Multilíngüe” (2003); o “*Millenium Development Goals*” escrito e promovido pela UNESCO; e a Associação para o Desenvolvimento das Línguas Africanas na Educação, Ciência, e Tecnologia (ADALEST), cujas conferências foram realizadas no Quênia (2002), na África do Sul (2003) e no Malawi (2004).

Alguns dos pontos levantados nas conferências são: o direito de cada criança de ser educada, independentemente de gênero, raça, religião, idade, status social, e nacionalidade; o valor inestimável das línguas maternas para processos de aprendizagem, especialmente durante os primeiros níveis escolares (tanto para crianças como para adultos); o papel das línguas africanas maternas na emancipação sócio-econômica das populações da África; a importância de se erradicar preconceitos de gênero na educação; a adoção de um sistema de educação bilíngüe ou multilíngüe (no caso de se usar ao menos três línguas na educação: a língua materna, uma língua regional ou nacional, e uma língua intercontinental) nos países africanos; e a importância de se promover um diálogo entre línguas minoritárias.

São declarações que demonstram que a necessidade de uma mudança no planejamento lingüístico dos países africanos é inquestionável. O uso de línguas maternas na educação e a reformulação dos currículos nas escolas primárias e secundárias, com ênfase numa perspectiva multilíngüe, teria um papel significativo na erradicação de processos de exclusão política e social, já que facilitaria a aprendizagem e aumentaria a participação política das populações. Qualquer debate acerca de uma perspectiva multilíngüe na educação dos países africanos deveria também interrogar a importância de se introduzir uma língua européia como parte do programa de alfabetização. Nesse sentido, a proposta de Bamgbose, de que as línguas européi-

as façam parte de um programa de pós-alfabetização, redirecionaria o papel e a relevância das línguas européias no contexto das sociedades africanas, sem, obviamente, excluir a possibilidade de que o educando aprenda uma língua européia em certo estágio de seu processo de aprendizagem.

Vale ressaltar, por fim, que para ser de fato efetiva e providencial, a implementação de novas políticas lingüísticas na África deverá contar com a participação democrática dos diversos povos africanos, evitando o isolamento em instituições acadêmicas e governamentais. É preciso lembrar, portanto, que a resistência ao monoglotismo oficial propicia um entendimento da história nacional e continental como plural, reinterpretando o papel da dominação européia e a feição cultural dos estados pós-coloniais, além de criar a ocasião para o fortalecimento político, psicológico, e social dos povos africanos. Nesse sentido, a luta coletiva pela valorização e proteção das línguas africanas maternas deve ser compreendida não somente em termos de uma política identitária que visa à valorização da cultura nacional, mas como uma prática emergente e potencialmente revolucionária capaz de transformar, ao menos em parte, o que é hoje amplamente conhecido como a tragédia da África.

Abstract

The present work claims that the official use of European languages in African countries, English in particular, is associated with a project of neocolonial domination and reinforces processes of political and social exclusion as well as specific forms of resistance that attempt to rescue, promote, and protect African indigenous languages.

Keywords: cultural domination; African indigenous languages; European languages; cultural resistance.

Referências

ADEGBIJA, Efurosibina. *Language attitudes in Sub-Saharan Africa: a socialist overview*. Clevedon: Multilingual Matters LTD, 1994.

BAMGBOSE, Ayo. *Language and exclusion: the consequences of language policies in Africa*. Hamburg: Lit, 2000.

BARBER, Karin. African-language literature and postcolonial criticism. *Research in African Literatures*, Indiana, v. 26, n. 4, p. 3-30, winter 1995.

ETHNOLOGUE: languages of the world. 14th Edition. May, 2004. Disponível em: <<http://www.ethnologue.com/home.asp>>.

FALOLA, Toyin. *The power of african cultures*. New York: University of Rochester Press, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Massachusetts: Harvard University Press, 2001.

HOUNTONDJI, Paulin J. Daily life in Black Africa: elements for a critique. In: MUDIMBE, V. Y. (Ed.). *The surreptitious speech: présence africaine and the politics of otherness, 1947-1987*. London: The University of Chicago, 1992. p. 344-366.

IRELE, Abiola. In praise of alienation. In: MUDIMBE, V. Y. (Ed.). *The surreptitious speech: présence africaine and the politics of otherness, 1947-1987*. London: The University of Chicago, 1992. p. 201-224.

JAMESON, Fredric. *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*. Durham: Duke University Press, 2001.

MAZRUI, Ali A.; MAZRUI, Alamin M. *The power of Babel: language and governance in the african experience*. Nairobi: East African Educational Publishers, 1998.

RIGBY, Peter. Practical ideology and ideological practice: on african episteme and marxian problematic: Iparakuyo Maasai Transformations. In: MUDIMBE, V. Y. (Ed.). *The surreptitious speech: présence africaine and the politics of otherness, 1947-1987*. London: The University of Chicago, 1992. p. 257-300.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.